

XI - adotar as providências para a aquisição de bens e contratação de serviços necessários à implementação das atividades do projeto observando o disposto nos instrumentos firmados e na Lei 8.666/93;

XII - elaborar trimestralmente, ou quando necessário, a solicitação de desembolso, encaminhado-a à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

XIII - solicitar o empenho dos recursos orçamentários e a emissão de ordens bancárias para o cumprimento dos instrumentos firmados;

XIV - quando houver celebração de contrato, convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento similar no âmbito do Projeto, fiscalizar a regularidade da execução do instrumento;

XV - nos casos previstos no inciso anterior, proceder a análise técnica e o encaminhamento à SPOA, no prazo máximo de 30 dias contados da data de seu recebimento, das prestações de contas enviadas pelos convenientes, contratados ou contratantes;

XVI - acompanhar e monitorar a execução do projeto, registrando-o no SIASG, se for o caso, e procedendo as alterações no instrumento e no referido sistema quando necessário;

XVII - informar os valores pagos a consultores no anuário imediatamente anterior, até o último dia útil do mês de março, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

XVIII - responder pelos demais aspectos de execução e regularidade do projeto.

Art. 2º Compete, ainda, aos Diretores Nacionais, quando se tratar especificamente de cooperação técnica, nos termos do Decreto nº 5.151/04, observado o inciso VIII do art. 1º desta Portaria:

I - providenciar a publicação no Diário Oficial da União, em extrato, de ato complementar que cria o Projeto, até vinte e cinco dias a contar da sua data de assinatura;

II - manter a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores-ABC/MRE informada acerca das ações desenvolvidas com vistas a propiciar o seu acompanhamento;

III - informar à ABC/MRE a efetivação das contratações de consultoria no âmbito de seus projetos, nos termos da Portaria MRE nº 717/06;

IV - apresentar os relatórios de progresso com as informações técnicas, administrativas e financeiras do projeto, para o respectivo organismo cooperante e para a ABC/MRE, devendo constar as seguintes informações administrativas:

a - relação dos consultores contratados no período coberto pelo relatório, assim como dos produtos elaborados pelos mesmos e dos valores e prazos estipulados nos contratos;

b - inventário dos bens adquiridos e patrimoniados pelo projeto no período coberto pelo relatório;

c - relatório financeiro por fonte orçamentária e elemento de despesa;

Art. 3º Os Diretores Nacionais serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por seus substitutos, ambos nomeados pelo Secretário de Gestão.

LUIS ANTONIO TAUFFER PADILHA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 14, DE 21 DE AGOSTO DE 2009

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelos arts. 22 e 35, XII, XVI e XVIII do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União (Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005), observando o disposto no art. 6º, caput, da Constituição Federal de 1988; no art. 1º da Lei nº 9.636/1998; no art. 2º, I, II da Lei nº 10.257/2001; no art. 4º, I, II, e art. 12, § 6º, da Lei nº 11.124/2005; o art. 23 da Lei nº 11.481/2007, assim como a Portaria SPU nº 436, de 2 de dezembro de 2008, publicada no DOU, Seção I, p. 83, resolve, em consonância com sua missão institucional contida no art. 1º, I, de seu Regimento Interno:

Art. 1º. Criar o Grupo de Trabalho Estadual da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (GTE-DF) para apoiar a destinação de imóveis da União à habitação de interesse social.

Parágrafo único - São objetivos do GTE-DF:

Propor critérios para a transferência de áreas da União com vocação habitacional para associações e cooperativas de interesse social, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei nº 9.636/1998;

Promover a avaliação da aptidão de imóveis da União e da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA para destinação a programas de provisão habitacional de interesse social, mediante levantamento da situação dominial e realização de vistorias participativas;

Promover e fortalecer a gestão democrática nas ações de regularização fundiária e provisão de habitação de interesse social em áreas da União.

Art. 2º. Este Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes servidores da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal:

I. Lucia Helena Carvalho, SPU/DF;

II. Lucilane Cardozo de Almeida, SPU/DF.

Art. 3º. Este Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes representantes indicados pelo Conselho Estadual, se houver, e, na sua ausência, por representantes indicados pelos próprios segmentos:

a) Como representante do segmento do Poder Público do Distrito Federal:

I. Paulo Fernando Ramos Serejo - Secretaria Executiva do Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamento, Grupar;

II. Francisco Dorion de Moraes - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, CDHDF.

b) Como representantes do segmento dos Movimentos Populares:

I. Antonio Hélio dos Santos de Aquino - Confederação Nacional das Associações de Moradores, CONAM;

II. Eleuzito da Silva Rezende - Movimento Nacional de Luta pela Moradia, MNLM;

III. Antonio Sabino de Vasconcelos Neto - Central de Movimentos Populares do Distrito Federal, CMP;

IV. Carlos Roberto de Oliveira - União Nacional por Moradia Popular, UNMP;

V. Antonio José Ferreira - CERNEGRO/DF, ASCASA, ASHMUG, ASMOG, COOHREMAS, COOAHCOSAM e ASTASAM;

VI. Afonso Carlos Vieira Magalhães - Central de Movimento Popular, CMP;

VII. Hélio José da Silva Lima - Federação pela Qualidade de Vida no DF, FENAVIDA;

VIII. Raimundo Ronaldo Martins Pereira - Centro de Integração Cultural Esportivo e Habitacional, CENTHIN;

IX. Ismael de Oliveira Caitano - Movimento pró-Moradia Ambiental para Famílias de Baixa Renda do Distrito Federal e Entorno-RIDE;

X. Paulo Batista dos Santos - Movimento pró-Moradia Ambiental para Famílias de Baixa Renda do Distrito Federal e Entorno-RIDE;

XI. Júnia Maria Bittencourt - União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no Distrito Federal, Unica;

XII. Washington Luis Dourado Gomes - União Habitacional dos Servidores Públicos do Distrito Federal;

XIII. Risomar Carvalho - Confederação Nacional das Associações de Moradores, CONAM;

c) Como representante do segmento das entidades de pesquisa, profissionais e acadêmicas:

I. José Augusto Abreu Sá Fortes - Universidade de Brasília, UNB;

II. Kátia Maria Silva Boynard - Universidade de Brasília, UNB.

d) Como representante do segmento dos trabalhadores:

I. Altino José da Silva Filho - Associação Habitacional dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, HABITECT.

e) Como representante do segmento dos empresários:

I. Jânio Rodrigues dos Santos - Federação das Indústrias do Distrito Federal, Fibra.

f) Como representante do segmento das Organizações não-Governamentais:

I. Dirsomar Ferreira Chaves - Instituto Agustín Castejon, IAC.

g) Como representante da Caixa Econômica Federal:

I. Antonio Luiz Trindade - Gidur.

Art. 4º. O GTE-DF será composto também pelos seguintes convidados:

I. Flávio Giussani - Secretário Adjunto do Governo do Distrito Federal, GDF;

II. Sabino Sobreira da Silva - Fecasa.

III. Lourival de Azevedo Ramos Filho - Associação dos Moradores do Setor Habitacional Nova Colina, AMSHNC;

IV. Tereza de Jesus Furtado Oliveira - COOHAPSEG;

V. Abílio Rodrigues de Oliveira - Associação dos Produtores Rurais da Colônia Agrícola Catetinho, AACATE;

VI. Roberto Marazi - Sindicato e Organização das Cooperativas do Distrito Federal;

VII. Maria do Socorro Marques Miranda - Associação de Produtores Rurais Novo Horizonte, ASPRONTE - Betinho;

VIII. Aécio Alves do Nascimento - Associação do Condomínio Vivenda Nova Petrópolis;

IX. Wilson Antonio Aurswald - Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste.

Art. 5º. O GTE-DF será presidido pela Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal, Lucia Helena de Carvalho.

Parágrafo 1º. O registro das reuniões deverá ser feito em ata à ser disponibilizada para todos os membros do Grupo.

Parágrafo 2º. As despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação, sempre que necessárias para viabilizar a participação dos representantes da sociedade civil nas atividades do GTE-DF, serão custeadas pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Art. 6º. Este GTE-DF terá vigência por prazo indeterminado.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIA HELENA DE CARVALHO

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 24 DE AGOSTO DE 2009

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MP/SRH nº 25, de 12 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2007, e das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso II do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o disposto no Ofício-Circular

SRH nº 60, de 21 de agosto de 2002, resolve prorrogar, até 25 de agosto de 2010, a seguinte cessão:

Nº 2.113 -

Empregado : VALDIR MACEDO DE CARVALHO - Matrícula SIAPE nº 1272208
Emprego : AAD - Auxiliar de Recursos Matérias
Origem : Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Para : Instituto Nacional de Meteorologia
Ônus : Órgão Cedente (previsto no inciso § 6º, art. 93 da Lei nº 8.112/90)
Processo : 21220.000048/2008-69

Art. 1º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 2º Cumprido ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente a frequência do empregado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MP/SRH nº 25, de 12 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2007, e das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso II do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamentou o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e, ainda, considerando o disposto nos Ofícios-Circulares nºs 32, de 29 de dezembro de 2000, e 69, de 21 de dezembro de 2001, resolve prorrogar, até 25 de agosto de 2010, a seguinte cessão:

Nº 2.114 -

Empregado : INÊS FÁTIMA MANDELLI - Matrícula SIAPE nº 1260168
Emprego : Assistente A
Origem : Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
Para : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ônus : Órgão Cedente (previsto no art. 93, § 6º, da Lei nº 8.112/90)
Processo : 21000.005882/2005-92

Art. 1º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 2º Cumprido ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente a frequência do empregado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MP/SRH nº 25, de 12 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2007, e das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso II do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamentou o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e, ainda, considerando o disposto nos Ofícios-Circulares nºs 32, de 29 de dezembro de 2000, e 69, de 21 de dezembro de 2001, resolve prorrogar, até 25 de agosto de 2010, a seguinte cessão:

Nº 2.115 -

Servidor : SÔNIA MARIA ROCHA KESSELRING - Matrícula SIAPE nº 0244373
Cargo : Datilógrafo
Origem : Instituto Nacional do seguro Social - INSS
Para : Câmara dos Deputados
Função/cargo : Secretário Parlamentar, CD-CC-SP-27
Ônus : Órgão Cedente (previsto no art. 93, § 1º, da Lei nº 8.112/90)
Processo : 44000.001353/2009-49

Art. 1º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do servidor ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 2º A presente autorização de cessão cessará antes de seu término na hipótese de exoneração ou dispensa do cargo ou função de confiança, caso em que o órgão cessionário deverá providenciar imediatamente a apresentação do servidor ao seu órgão de origem.

Art. 3º Cumprido ao cessionário comunicar a frequência do servidor, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MP/SRH nº 25, de 12 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2007, e das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso II do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamentou o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e, ainda, considerando o disposto nos Ofícios-Circulares nºs 32, de 29 de dezembro de 2000, e 69, de 21 de dezembro de 2001, resolve prorrogar, até 25 de agosto de 2010, a seguinte cessão: